

O INDÍGENA E O INVASOR

A Confrontação dos Povos Indígenas do Brasil com o Invasor Europeu, nos Séculos XVI e XVII

Carlos A. DIAS
Geofísico Ph. D., Professor Titular do Centro de Geociências da UFPA.

RESUMO : A conquista do Brasil pelo europeu nos séculos XVI e XVII vem colocada neste artigo em uma nova perspectiva, adotando uma análise histórica e sociológica crítica anti-colonialista. As fontes primárias, por se tratar de um relato unilateral e único da contenda, são tendenciosas. Portanto, a sua leitura conquanto necessária se fez de modo crítico, respeitando a lógica interna dos fatos e a coerência inter-fatos historicamente conectados. Nessa análise, olhamos os habitantes originais do atual Brasil (1 a 3 milhões no ano de 1500) como povos, em sua maioria ligados por um mesmo destino, que lutaram em defesa dos seus territórios e dos seus valores espirituais, sendo-lhes arrebatados em um processo de conquista. A descrição dos fatos nos levaram a adotar uma visão da conquista e do conquistador discrepante da tese da "cordialidade brasileira" e da visão senhoril paternalista pró-colonialista exposta em "Casa Grande-Senzala". Procuramos apanhar as vias cruciais da história mundial e o vasto painel interno brasílico da época. Desse modo, discutimos as seguintes questões: a superioridade tecnológica do europeu, a vulnerabilidade da estrutura social e política das comunidades indígenas, o papel da Igreja, as atitudes do indígena, a Confederação dos Tamoios (uma reconstituição), e a maioria indígena nas tropas da conquista.

PALAVRAS-CHAVE : Brasil-história-sécs. XVI e XVII, Povos indígenas, O invasor europeu, Confederação dos Tamoios, Igreja católica, Anti-colonialismo, História-interpretação e crítica.

THE NATIVE AND THE INVADER

The confrontation between the indigenous peoples of Brazil and the european invader, during the XVI th and XVII th centuries

ABSTRACT: The conquest of Brazil by the european, during the XVI th and XVII th centuries, is brought out in this article into a new perspective through a critical, anti-colonialist, historical and sociological analysis. The primary sources—all written by the conqueror—are onesided and tendentious, yet the single sources of information about that dispute. Being so, its reading although necessary has been done in a critical manner, keeping a due respect to the internal logics of the facts and coherence between historically connected facts. In such analysis, the native inhabitants of the territory of Brazil at that time has been seen as people (1 to 3 millions individuals in the year 1500), and as such their majority being interconnected through a same destiny, fighting in defense of their homelands and their spiritual values, which were being taking out in a process of conquest. The presented understanding of the facts leads us to envision the conquest and the conqueror as discrepant figures in front of the "Brazilian cordiality" thesis, and the paternalistic senatorial pro-colonialist view such as presented in "Casa Grande-Senzala". In this article, we have tried to bring together the crucial vias of the world history and the vast Brazilian native cultural scenery by that time. In this way, we have discussed the following topics: the weigh of the technological superiority of the european, the vulnerability of the social and political structure of the indigenous communities, the role played by the Church, the attitudes of the natives, the "Confederação dos Tamoiós" (a reconstruction), and the numerical majority of natives in the armed troops of the conquest.

KEY-WORDS: Brasil-history XVI th & XVII th centuries, Brazilian peoples, indígenous peoples, the European invader, the Tamoió Confederation, Catholic Church, Anti-colonialism, History-interpretation and critics.

"Ainda hoje se mantem o "mito" de que os aborígenes, nesta parte da América, limitaram-se a assistir a ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização. (...). Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança, pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente" (F. FERNANDES, ap. BUARQUE DE HOLANDA, 1976, v.1, p. 72).

INTRODUÇÃO

Analisando a confrontação entre o invasor europeu e os povos indígenas do atual território do Brasil, é necessário inicialmente reconhecer que o resultado final desse processo dependeu mais de fatores globais (entre os quais alguns de cunho eminentemente cultural), e muito menos de uma confrontação em plano individual, de homem para homem. Neste aspecto, aliás, ficou registrado pelo invasor o excelente desempenho militar, a coragem e o heroísmo dos guerreiros indígenas brasileiros.

Em par com uma superioridade tecnológica, foi mais determinante para o sucesso da ocupação europeia a organização político-administrativa do seu sistema, acionado no empreendimento da colonização, podendo decidir com relativa agilidade e articular-se em escala continental, visando dispor de recursos humanos e materiais, para a ação político-militar, em cada região disputada. A característica mais incisiva desse sistema foi poder dispor de um eficiente e motivado corpo diplomático, a cargo dos

missionários religiosos. Estes atuaram entranhados no tecido social do mosaico administrativo-cultural constituído pelas numerosas nações-mirim indígenas brasileiras, nos séculos XVI e XVII.

No que diz respeito à vantagem tecnológica do europeu, serão ressaltados os seguintes fatores principais: 1) o uso do ferro, na fabricação de utensílios de trabalho e de equipamentos e artefatos de guerra, enquanto o indígena dispunha apenas de utensílios, equipamentos e artefatos em madeira, osso, pedra e cerâmica; 2) o uso da pedra talhada e do cal, nas construções militares e civis, que protegiam o europeu, reduzindo a eficácia das armas ofensivas dos nativos; 3) o uso do papel e da imprensa, como veículo da informação e sobretudo da narrativa dos fatos. Usados com exclusividade pelo europeu, o papel e a imprensa o converteram na única fonte do registro histórico, e constituíram a mais poderosa arma para produzir o fraturamento e a descaracterização da herança cultural e histórica do povo colonizado, com o passar do tempo.

No campo político-administrativo, é necessário ter presente que os atuais Estados da Europa já se achavam estruturados no século XVI, e os seus núcleos colonizadores representavam empreendimentos prioritários. Estes constituíam tentáculos de um sistema empresarial nascente, atuando fora do âmbito da Europa, à busca de riquezas. Neste contexto, o Estado e a Igreja formavam um sistema dual solidário, em que a espada e a cruz caminhavam juntos, sob o comando do primeiro mas tendo o segundo à frente, ambos contemplando no empreendimento da Colonização novos e promissores domínios, e atuando de maneira coordenada e complementar. A Coroa financiava e provia os cargos e as funções do corpo religioso (HOORNAERT, 1977, p. 33-40), que atuava

como um órgão diplomático e assessor da ação colonizadora e, ainda, como plasmador da ideologia da Colonização. Se, em princípio, o religioso se emulava na busca da dominação espiritual do indígena e o colono na sua expropriação material, ocorria nisso apenas uma divisão inicial do espólio, uma vez que um desses domínios não poderia ser alcançado sem o outro, e frequentemente se confundiam.

Esse desempenho das bases missionárias, longe de ser ações isoladas ou circunstanciais no corpo da Igreja, resultava de um acertado entrosamento entre as mais altas cúpulas administrativas da Igreja e dos Reinos Coloniais da Europa (BUARQUE DE HOLANDA, 1977, v.2 p. 51-57; HOORNAERT, 1977, p. 30-33). O papa e os reis de Portugal e Espanha faziam Tratados sobre a divisão das terras a serem conquistadas (VARNHAGEN, 1975, v.1 p. 64-67), faziam Acordos sobre a função de cada uma das partes envolvidas no Projeto, cada qual mais cioso da sua importância no empreendimento e das suas expectativas de ganho.

Não obstante o assunto possuir importância evidente para uma historiografia nacional descolonizada, o mesmo tem sido pouco trabalhado pelos especialistas, certamente por esse mesmo fato. O trabalho mais profundo e abrangente, que conhecemos a respeito, procurando olhar o problema pelo outro ângulo - o do colonizado - é o devido a FERNANDES (ap. BUARQUE DE HOLANDA, 1976, v.1. p. 72-86). Embora este constitua trabalho de real valor, rico de informações sobre a sociedade indígena, consideramos necessária uma especificação maior dos diversos fatores e funções atuantes no processo da ocupação européia. Isso é particularmente mais visível quanto àquelas desempenhadas pelos missionários. Por outro lado, a confrontação do indígena com o invasor europeu deve ser analisada em uma conjuntura mais

ampla de componentes e interligações.

No presente trabalho, desenvolvemos os diversos pontos que assinalamos até aqui, procurando quando possível quantificá-los.

A QUESTÃO DA SUPERIORIDADE TECNOLÓGICA DO EUROPEU

A superioridade tecnológica bélica do europeu necessita de uma reavaliação da sua importância relativa, que via de regra tem sido exagerada na historiografia oficial, normalmente preconceituosa e geralmente omissa sobre mortos e feridos das forças coloniais. Esse exagero se faz sacrificando a importância de outros fatores, que a nosso ver merecem um maior destaque, na análise desta confrontação.

É importante observar, de partida, que durante mais de 2/3 da Idade Média (definida como séculos V a XV) o europeu sustentou suas guerras usando como equipamento básico de arremesso o arco e flecha, coexistindo com a lança, e como armas de luta corporal a espada, o martelo e a faca. Conquanto o uso do ferro já houvesse sido incorporado de modo generalizado na confecção de utensílios domésticos e de partes integrantes dos equipamentos bélicos e de ferramentas de trabalho, foi a partir do final do século XII que se generalizou o uso da besta (*ENCYCLOPAEDIA*, 1966, v.6 p. 815), como variante mais avançada do arco e flecha. Na besta, a força elástica do arremesso provinha de uma peça metálica encurvada. Somente no século XIV e ao final do século XV, respectivamente, entraram em uso o canhão e o arcabuz (*ENCYCLOPAEDIA*, 1966, v.2 p. 530; v.6 p. 815). Durante toda essa época, é presumível que os

povos indígenas americanos em geral, e os brasileiros em particular, usavam o arco e flecha como arma convencional de arremesso, e a borduna e a faca como armas de luta corporal, pois que a chegada dos europeus ao continente americano, em torno de 1500, o uso dessas armas era absolutamente generalizado e consolidado.

Portanto, a diferença fundamental entre o europeu e o indígena, no aspecto tecnológico do armamento, durante 2/3 da Idade Média, consistiu em que os povos americanos não conheciam o ferro. O ouro, todavia, era usado como adorno por povos amazônicos (*LEONARDOS*, 1938), e a metalurgia dos metais preciosos era praticada largamente pelos Astecas e Incas, sendo que estes últimos fabricavam, inclusive, utensílios em cobre e bronze (*COSTA*, 1978, p. 223-224).

Durante a fase crucial da conquista territorial no Brasil, nos séculos XVI e XVII, enquanto os povos nativos do Brasil continuavam de ordinário usando setas com ponta de madeira ou osso, bordunas ou tacapes totalmente de madeira, e facas e machados de madeira ou pedra, o lusitano já havia incorporado em caráter definitivo ao seu arsenal o canhão e o arcabuz, coexistindo com a besta, com a lança e a espada (*TAVARES*, 1979, p. 60-61).

Em complementaridade ao armamento, deve-se ainda ressaltar a vantagem tecnológica do invasor em dois outros aspectos: a) nas embarcações usadas para transporte marítimo, uma vez que os barcos portugueses tinham capacidade para transportar até 10 vezes mais homens do que as maiores igaras dos indígenas, eram mais velozes e resistentes, e possuíam poder de fogo e maior autonomia de navegação - conquanto menor rapidez de manobra - do que as igaras. Deve-se contudo ressaltar que, embora vital

no início, a ação naval foi assumindo progressivamente um papel auxiliar à ação militar terrestre; b) a outra vantagem tecnológica se refere às fortificações militares e construções civis dos portugueses, construídas à base de cal e pedras, estas talhadas com seus equipamentos de ferro (VASCONCELOS, 1977, v.2, p. 131). Essas fortalezas protegeram o invasor do alcance das setas dos guerreiros indígenas, reduzindo a eficácia de numerosos ataques empreendidos contra tais fortificações, particularmente no início da ocupação de cada região. No início da Colonização, até próximo do final da administração do 2º Governador-Geral (1557), tornou-se clássica a atitude defensiva do lusitano, enclausurado em seus fortes, construídos no litoral, ou em povoações protegidas por baluartes e caixas.

Ainda no campo da superioridade tecnológica do europeu, deve-se ressaltar a importância do papel e sobretudo da imprensa, esta inventada no século XV. É clara a importância essencial do uso das cartas, na transferência da informação e da autoridade, entre o poder central, localizado na Europa, e os Governadores da Colônia, os comandantes militares e os missionários, atuando no teatro das operações. Por esse veículo, foram acionados os pedidos de apoio e reforço, em momentos críticos da confrontação, efetuadas as avaliações da situação, e mantida a unidade da ação política, militar e administrativa, na escala necessária. Efeito a longo prazo, talvez mais forte e devastador do que a ação militar e as epidemias, por seu efeito retardado e também mais persistente, foi o que decorreu das crônicas descritivas dos eventos ocorridos ao longo do processo da ocupação européia. O colonizador escreveu o que quis e como quis, pôs e dispôs o indígena

e sua terra sob uma ótica de negação da gente indígena e de usurpação territorial, sem contestações.

Nada mais adúlterante e detergente para a história e a cultura brasileiras do que o fato de somente o colonizador haver registrado a sua versão e os seus dados sobre os eventos históricos e culturais, ocorridos em séculos de destruição e opressão. Contemplando hoje essa situação, tem-se a sensação de que a cultura e sobretudo a história do Brasil acham-se soterradas, podendo ser apenas em parte algum dia reconstituídas.

Não obstante a vantagem tecnológica do invasor, isoladamente ela teria pouco significado, e o resultado do conflito poderia ter sido outro, diante da iniciativa de movimentos e do domínio do terreno, e sobretudo da extrema maioria numérica, dos indígenas do Brasil. Estes somavam entre 1 e 3 milhões em 1500 (STEWART, 1963, v.5, p. 655-668; HUGON, 1973, p. 27; HEMMING, 1978, p. 487-501), enquanto os colonos portugueses eram poucas centenas, antes de 1549, e não chegavam a 10.000 em 1600 (CÁPISTRANO DE ABREU, 1976a, p. 79).

A recente invasão norte-americana no território do Vietnã (1965-1971), usando um numeroso exército e o mais sofisticado complexo tecnológico-militar de que se tem notícia, foi literalmente derrotada pela ação coordenada do povo vietnamita, operando com extrema inferioridade tecnológica e dispondo de um contingente entre 4 e 10 vezes menor de guerreiros nativos por invasor que no caso brasileiro (por todo o século XVI). Este fato contribui para ilustrar, analogicamente, que na campanha da conquista territorial do Brasil a superioridade tecnológica militar do lusitano, conquanto importante, não deve ter sido o fator decisivo. No próprio arsenal indígena brasileiro - exemplificando -

seria possível encontrar uma arma capaz de compensar substancialmente a desvantagem instrumental do guerreiro indígena: o curare. Este terrível veneno, conhecido desde épocas remotas por alguns povos não - tupis da Amazônia (VÉLLARD, 1965), fosse untado à ponta das setas dos indígenas do litoral e teria aumentado de muito a sua eficácia, mesmo usando pontas de madeira ou osso. Dada a extrema letalidade do curare, essas armas teriam alcançado um poder ofensivo comparável, senão maior, do que as balas de metal dos lusitanos.

Complementarmente, deve-se ressaltar que as armas de fogo eram técnicas recentes, por isso mesmo pouco consolidadas. O arcabuz consumia mais tempo para um tiro do que levava um indígena para disparar várias flechadas. Nos anos 1557/58, esta relação era da ordem de 1:6 (LÉRY, 1960, p. 168) e 67 anos mais tarde 1:2 (VIEIRA, 1970, v.1, p. 38).

Verificando que o resultado dessa confrontação foi diverso, é que concluímos que outros fatores, de tipo político e cultural, devem ter desempenhado um papel fundamental, modificando o próprio caráter do aspecto militar.

VULNERABILIDADE DA ESTRUTURA SOCIAL E POLÍTICA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

No início do século XVI, já haviam se consolidado as bases dos Estados atuais da Europa, na forma de reinos ou similares, após um prolongado período de guerras de anexação, seguido de um processo de acomodação. Embora as divergências e os ódios, entre os vários domínios europeus, fossem na época uma constante da vida cotidiana, esses domínios ha-

viam se estruturado em bases sólidas, conforme demonstrou a história posterior.

Portugal e Espanha entravam em uma fase de prosperidade econômica sem precedentes. A supremacia no mar gerava-lhes novas fontes de riqueza, produzindo uma nova classe de "mercadores". Estes à sombra dos seus monarcas começavam a acumular capital, propriedades, e força política, como resultado de pilhagens e empreendimentos coloniais ou comerciais, realizados pelas Coroas ou por particulares no Oriente e na África. Vivia-se, nesses países, a euforia de uma nova escala de distância e movimento, propiciada pelos estudos náuticos e pelas grandes navegações, causando uma transformação correspondente na escala da riqueza.

Nessa mesma época, no continente americano, com exceção do México e Peru, onde em algumas regiões já havia consideráveis concentrações homogêneas de população e, inclusive governo central (RIBEIRO, 1970, p. 137-145, 178-184), as comunidades indígenas se compunham de numerosos micro-domínios (comparados às dimensões dos domínios europeus), esparsos, e política e administrativamente autônomos. Isto acontecia mesmo quando um povo numeroso cobria extensas áreas, falava a mesma língua e possuía costumes semelhantes, como no caso dos Tupi, distribuídos em extensas faixas, bordejando aproximadamente os contornos geográficos do atual Brasil, limitado ao norte pelo rio Amazonas (CORTESÃO, 1958, p. 9 -25).

No caso brasileiro, esses micro-domínios vinham representados pelas tabas, que consistiam frequentemente de 4 a 7 malocas, com 150 a 300 indivíduos em cada, e às vezes mais (STADEN, 1974, p. 155; LÉRY, 1960, p. 207; CARDIM, 1939, p. 148-149). Reuniam-se, assim, uma população de 600 a 2.000 indiví-

duos, dos quais cerca de 1/4 constituía a população masculina adulta, que formava o seu contingente guerreiro. Os elementos dessa comunidade eram conectados à base de relações de parentesco, consanguíneo ou por afinidade, constituindo unidades administrativas com predominância do sistema religioso (FERNANDES, 1963, p. 352-355). Formadas através de séculos, essas pequenas unidades possuíam uma notável estabilidade, como instituição. Por outro lado, por falta de um governo central, essas unidades estavam sujeitas a frequentes fricções quando não guerras prolongadas, originadas de conflitos inter-étnicos até desavenças "inter-familiares".

Apesar da extraordinária persistência guerreira da comunidade indígena do Brasil, a sua estrutura dispersiva revelou-se difícil de articulação em larga escala, e assaz vulnerável diante da agressão lusitana. Ela não possibilitou resolver, no prazo disponível e na escala necessária, a falta de uma coordenação de seus esforços e de sua capacidade de guerra, criando um poder político-militar unificado, com jurisdição sobre todo o território disputado (v. Confederação dos Tamoios: Uma Reconstituição). Com isso, tornou-se possível a um punhado de invasores, política e militarmente bem constituídos e apoiados pelo poder central de Portugal e da Igreja, colocar em cheque todo esse enorme e complexo sistema.

O ponto de partida para isso foram os sucessos dos jesuítas nos primeiros aldeamentos dos indígenas, assenhoreando-se da proeminência reservada ao fator religioso sobre toda a estrutura administrativa na sociedade indígena. Explorando politicamente os conflitos inter-étnicos e as desavenças dos nativos, puderam os missionários usar o próprio braço indígena em favor da causa da Colonização, e cons

tituir exércitos na escala de vários milhares de guerreiros, sobrepujando numericamente o contingente armado de cada micro-Estado indígena brasileiro (v. A Maioria Indígena nas Tropas da Conquista). Os bandeirantes, no século seguinte (XVII), mantiveram a mesma estratégia jesuítica do módulo e da composição étnica nos seus contingentes expedicionários (conservando a extrema maioria de indígenas, e progressivamente substituindo o branco pelo mestiço mameluco), mas via de regra trocando o método da persuasão religiosa, no aliciamento do indígena, pela opção deste entre a "aliança" ou a escravidão e a morte.

É interessante notar que o indígena "aliado" prosseguiu usando o seu próprio armamento, ao longo de todo o processo. Este fato, associado à maioria indígena nas tropas da conquista, é fundamental para desmistificar a importância da superioridade tecnológica para o resultado final do conflito.

A constituição de uma força armada regular e permanente da Colonização foi iniciada ao término do período do 2º Governador-Geral (VARNHAGEN, 1975, v.1, p. 280), e os procedimentos aqui apontados constituíram as vertentes principais na formação do exército brasileiro, iniciada com a Colonização.

O PAPEL DA IGREJA

É importante assinalar que, ao término do século XV, a Igreja saía enfraquecida da Idade Média, constestada e dividida dentro das fronteiras europeias pela Reforma. Buscava a Igreja, então, uma nova posição de equilíbrio de poder e prestígio, à sombra dos emergentes domínios católicos da Europa

(Portugal, Espanha, França, Alemanha e Itália). Estes, por seu turno, preparavam-se para intensificar uma fase agressiva de conquistas e expansão colonial no restante do Mundo, para eles então desconhecido.

No empreendimento da Colonização, a Igreja encontrou a sua nova Cruzada, desempenhando o papel de um ativo, dedicado e eficiente parceiro dos reinos católicos expansionistas europeus, particularmente Portugal e Espanha. Coube à Igreja constituir a mão desarmada, de ação política e social, de cada expedição de conquista. Os missionários, usando da pregação religiosa e da persuasão, acompanhavam a força armada na dominação de povos nativos da Ásia, África e América, e ao mesmo tempo ampliavam os domínios do Cristianismo, espiritual e materialmente. Não menos importante, também, era o seu papel fazendo a psicoterapia dos agentes da Colonização, usando da prática segundo a qual o missionário - em nome de Deus - podia perdoar-lhes os "pecados". Desta forma, o colonizador matava ou escravizava indígenas, frequentemente dizimando populações inteiras, como parte inerente à sua ação de conquista, e depois lavava da sua consciência todo sentimento de culpa, ^{com} as palavras de conforto e o perdão do missionário.

Em consequência de Acordos com o Vaticano, a Coroa portuguesa, durante o período colonial, determinava nos seus domínios, através do instituto do "padroado", a nomeação de todas as autoridades eclesiásticas e administrava as finanças da Igreja (BÚARQUE DE HOLANDA, 1977, v. 2, p. 51-57). Com isso, os missionários se profissionalizaram como agentes da Colonização, desempenhando função remunerada, e a administração da Igreja confundiu-se com a de uma espécie de departamento dirigido pelo

Estado Português.

No Brasil, os missionários, e especialmente os jesuítas, tornaram-se no período crucial da conquista (1549-1570), durante as administrações do 1º ao 3º Governadores-Gerais, figuras centrais e decisivas do curso que o empreendimento tomou. E continuaram influenciando fortemente nos acontecimentos dos dois séculos seguintes, de consolidação e expansão do colonialismo lusitano, em terras brasílicas.

Conquanto a atividade dos missionários tenha sido variada e contínua, e numerosas sejam as figuras destacáveis ao longo desse processo, vamos focalizar apenas dois líderes de maior relevo, um do século XVI e outro do século XVII, que ajudaram a definir o corpo e os contornos da atuação missionária na trama social da implantação do colonialismo lusitano no Brasil. São os jesuítas Pe. M. da Nóbrega (1549-1570) e Pe. A. Vieira (1635-1697), cujos períodos de maior atuação vêm indicados respectivamente entre parêntesis. Nóbrega foi o ideólogo pragmático e articulador principal da implantação do colonialismo português no Brasil. Vieira foi um liberal idealista, engajado nos círculos do Poder, preocupado com o aperfeiçoamento desse mesmo sistema.

O Pe. M. da Nóbrega, 1º Provincial dos Jesuítas no Brasil, acompanhou o núcleo de colonização, que chegou à Bahia em 29.03.1549 com o 1º Governador-Geral. Distinguiu-se como autor do Plano de Colonização adotado na implantação definitiva da colonização portuguesa no Brasil, e pela sua atuação como conselheiro político e militar do 1º e do 3º Governadores-Gerais. Teve influência total e irrestrita durante a administração de Men de Sá (3º Governador), que colocou em prática, a nível de política de Estado, o Plano por ele sugerido (LEITE,

1938, v.2, p. 118). Proveu assim as bases teóricas da fase mais agressiva da conquista, movida à base de guerras de larga escala contra os povos indígenas do Brasil, usando maciçamente os "Índios dos Padres" aldeados pelos missionários sob a sua chefia.

Nesse período, a influência de Nóbrega se faz presente em cada campanha, mas assume um destaque maior, que o celebrizou, quando os tamoios confederados ameaçavam apertar o cerco sobre S. Vicente, à frente de um numeroso exército, em 1563, colocando em risco o próprio empreendimento colonial no Brasil. Nóbrega conseguiu dividir os tamoios (LEITE, 1938, v.1, p. 367-375) e juntamente com Men de Sá convenceram a Corte Portuguesa a enviar três grandes Armadas (1559, 1563, 1566), em apoio às forças coloniais, em lutas contra os tamoios no Rio de Janeiro. Estácio de Sá, quando partiu da Bahia à frente da 2ª Armada em 1564, levava instruções de Men de Sá para que "não arriscasse nada sem ouvir primeiro o Pe. Nóbrega" (LEITE, 1938, v.1, p. 382). Estácio assim o fez, consultando-o e se apoiando na sua experiência e no seu prestígio junto aos indígenas cristianizados, por todo o período restante da duração dessa campanha (1564-1567).

Dada a importância cardeal do Plano de Nóbrega como política e estratégia, seguida a partir de então na Colonização do Brasil, e pelo seu valor elucidativo da ideologia da Igreja e do seu papel no processo da Colonização, o transcrevemos a seguir (LEITE, 1938, v.2, p. 115-118), acrescentando-lhe algumas observações explicativas entre parêntesis, quando nos pareceu necessário:

"Primeiramente, o gentio se deve sujeitar (subjugar) e fazê-lo viver como criaturas que são

racionais, fazendo-lhes guardar a lei natural como mais largamente já apontei a Dom Leão (Pe Leão Henrique, então reitor de Évora), o ano passado.

Depois que o Brasil é descoberto e povoado, teem os gentios mortos e comidos grande número de cristãos e tomadas muitas naus e navios e muita fazenda. E trabalhando os cristãos por dissimular estas coisas, tratando com eles e dando-lhes os resgates, com que eles folgam, e tem necessidades, nem por isso puderam fazer deles bons amigos, não deixando de matar e comer, como e quando puderam. E se disserem que os cristãos os salteavam e tratavam mal, alguns o fizeram assim, e outros pagariam o dano que estes fizeram; porém a outros, a quem os cristãos nunca fizeram mal, os gentios os tomaram e comeram e fizeram despovoar muitos lugares e fazendas grossas; e são tão cruéis e bestiais, que assim matam aos que nunca lhes fizeram mal, clérigos, frades, mulheres de tal parecer, que os brutos animais se contentariam delas e lhes não fariam mal. Mas são estes tão carneiros de corpos humanos que, sem excepção de pessoas, a todos matam e comem e nenhum beneficio os inclina nem abstem de seus maus costumes, antes parece, e se vê por experiência, que se ensoberbecem e fazem piores com afagos e bom tratamento. A prova disto é que estes da Bahia, sendo bem tratados e doutrinados, com isso se fizeram piores, vendo que se não castigavam os maus e culpados nas mortes passadas; e com a severidade e castigo se humilham e sujeitam. Depois que Sua Alteza mandou Governadores e justiça a esta terra, não houve saltearem os gentios nem tomarem-lhes o seu, como antes, e nem por isso deixaram eles de tomar muitos navios e matarem e comerem muitos cristãos, de maneira que lhes (aos portugueses) convem viver em povoações fortes e com muito resguardo e armas, e não ousam de se estender e espalhar pola terra, para fazerem fazendas, mas vivem nas fortalezas, como fronteiros de mouros ou turcos, e não ousam de povoar e aproveitar se não as praias, e não ousam fazer suas fazendas, criações, e viverem pola terra dentro, que é larga e boa, em que poderiam viver abundantemente, se o gentio fosse senhoreado ou despejado,

como poderia ser com pouco trabalho e gasto, e teriam vida espiritual, conhecendo a seu Criador, e vassalagem a S.A., e obediência aos cristãos, e todos viveriam melhor e abastados e S.A. teria grossas rendas nestas terras.

Este gentio é de qualidade que não se quer bem se não por temor e sujeição, como se tem experimentado, e por isso, se S.A. os quer ver todos convertidos, mande-os sujeitar (subjugar) e deve fazer estender aos cristãos pola terra adentro e repartir-lhes os serviços dos Índios aqueles que o ajudarem a conquistar e senhorear como se faz em outras partes de terras novas, e não sei como se sofre a geração portuguesa, e entre tôdas as nações é mais temida e obedecida, estar por tôda esta costa sofrendo e quasi sujeitando-se ao mais vil e triste (desprezível) gentio do mundo.

Os que mataram a gente da nau do bispo (D. Pero Sardinha, 1º Bispo do Brasil Colônia) se podem logo castigar e sujeitar, e todos os que estão apregoados por inimigos dos cristãos e os que quebrantam as pazes e os que teem os escravos (Índios) dos cristãos e não os querem dar e todos os mais que não quiserem sofrer o jugo justo que lhes derem e por isso se alevantarem contra os cristãos.

Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos (aprisionados sem ser nas guerras) e escrupulos (dos jesuítas) porque terao os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa, e terao serviço e vassalagem dos Índios e a terra se povoara e Nosso Senhor ganhará muitas almas e S.A. terá muita renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos, já que nao haja muito ouro e prata.

Depois desta Baía senhoreada, será fácil coisa sujeitar as outras Capitánias, porque somente os estrondos, que lá fêz a guerra passada (guerras do Reconcavo), os fêz muito medrosos, e aos cristãos deu grande ânimo tendo-o antes mui caído e fraco, sofrendo coisas ao gentio que é vergonha dizê-lo. Desta maneira cessará a boca infernal de comer a tantos cristãos, quantos se perdem em barcos e navios por tôda a costa; os quais todos são comidos dos Índios e são mais os que morrem que os que veem cada

ano; e haveria estalagens de cristãos por toda a costa, assi para os caminhantes da terra como para os do mar.

Este parece também o melhor meio para se a terra povoar de cristãos, e seria melhor que mandar povoadores pobres, como vieram alguns, e por não trazerem com que mercassem um escravo, com que começassem sua vida, não se puderam manter, e assi foram forçados a se tornar ou morrerem de bichos; e parece melhor mandar gente que senhoreie a terra e folgue de aceitar nela qualquer boa maneira de vida, como fizeram alguns dos que vieram com Tomé de Souza, tendo mui pouca razão de se contentarem dela, naquele princípio, quando não havia senão trabalhos, fomes e perigos de Índios, que andavam mui soberbos, e os cristãos mui medrosos; e por isso muito mais, se virem os Índios sujeitos, folgarão de assentar na terra. Nem parece que para tanto gentio haverá mister muita gente, porquanto, segundo se já tem experiência dele, por outras partes, poucos cristãos bastarão e pouco custo; e, porventura, que com pouco mais do que S.A. gasta em os trazer à fe, por paz e amor e outros gastos desnecessários, bastaria para sujeitar toda a costa, com ajuda dos moradores e de seus escravos e Índios amigos, como se usa em todas as partes desta qualidade. Devia de haver um Protector dos Índios para os fazer castigar, quando o houvessem mister, e defender dos agravos que lhe fizessem. Este deveria ser bem salariado, escolhido pelos Padres, e aprovado pelo Governador. Se o Governador fosse zeloso bastaria ao presente.

A lei que lhes hão de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se, pois teem muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos; fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para antre cristãos; tendo terras repartidas que lhes bastem e com estes Padres da Companhia (de Jesus) para os doutrinar. Isto começou a executar Dom Duarte e agora Men de Sá o faz com maior liberdade pelo Regimento que trouxe del-Rei, que está em Glória, mui copioso e abundante, mas todavia

será mui conveniente ser nisso alembrado de lá, e fazer que lhe escrevam agradecimentos do que faz".

Essas idéias perfilhadas por Nóbrega não eram só dele. Informa Serafim Leite transcrevendo Nóbrega "... E isto (o mesmo teor do Plano) aprovam capitães e prelados, eclesiásticos e seculares" (LEITE, 1938, v.2, p. 113).

O Plano de Nóbrega é completo, também, como demonstrativo do conteúdo do pensamento missionário durante toda a conquista: coexistem aí o espírito guerreiro-religioso vindo da Idade Média e o espírito mercantil expansionista do capitalismo em gestação. No primeiro século efetivo da conquista (1550-1650) há uma prevalescência do primeiro, que no século seguinte vai cedendo a primazia gradualmente ao segundo.

O Pe. A. Vieira, no século XVII, celebrou-se como pregador e político na Colônia, no Reino e no Vaticano. Em Portugal, Vieira tornou-se pregador-régio e importante conselheiro do rei D. João IV, no período 1640-1650, a quem representou em várias missões diplomáticas em Paris, Haia, Londres e Roma, tornando-se uma das figuras principais da política portuguesa, que ajudou a formular e executar (RODRIGUES, 1979, p. 475-489). Defendeu, nessas funções, o florescimento do mercantilismo português, sob cuja ótica justificava os cristãos novos (judeus), os objetivos da política do Reino e a sua aplicação na colônia do Brasil, e insurgia-se contra os rigores da Inquisição em Portugal.

Na Colônia, se formou jesuíta no Colégio da Bahia e fez missão em aldeias indígenas, e pregou para a elite do poder colonial na Bahia, no Maranhão e no Pará. Sua influência na Colônia foi mais forte no período 1651-1661, na campanha pela expulsão

são dos holandeses de Pernambuco, ao mesmo tempo em que realizou, junto aos indígenas da Amazônia e do Ceará, trabalho de pacificação de ânimos, organização de vilas, catequese, e contrariou a escravização indiscriminada de indígenas pelos colonos. Vieira desenvolveu um trabalho missionário dentro dos padrões estabelecidos pelos jesuítas no século anterior, mas introduziu uma doze maior de respeito pela cultura dos nativos, provavelmente contagiado pelo exemplo dos jesuítas espanhóis da região fronteira com o Paraguai. Vieira condenou do púlpito, com firmeza, a escravização do indígena brasileiro, tornando-se vítima de hostilidades e violências, por parte dos colonos poderosos, a quem dirigia os seus sermões. Não obstante, animado pelo espírito de conquista, tomou parte ativa em 1653, ladeado pelo Governador do Maranhão, em uma ação militar contra os Tabajara da Serra de Ibiapaba, inimigos dos portugueses e aliados dos holandeses, destruindo-os completamente.

Os jesuítas foram expulsos do Pará (1661), em decorrência da atuação dos mesmos contrariando os interesses dos colonos quanto à escravização do indígena na Amazônia, repetindo-se nova expulsão mais tarde no Maranhão (1684). Vieira, usando do seu prestígio em Lisboa, conseguiu que fossem punidos os colonos envolvidos nestas expulsões e restituídos os jesuítas.

No período 1662-1668, Vieira voltou a Portugal, quando em consequência de mudança na política palaciana perdeu seu grande prestígio, sendo então perseguido e preso pela Inquisição (1665-1668). Em liberdade, Vieira transferiu-se para Roma (1669-1675), onde privou de grande influência junto à Corte pontifícia, voltando mais tarde à Lisboa (1676-1680) com um Breve do Papa, que o isentava da

Inquisição de Portugal e mais Reinos. De volta ao Brasil, ocupou ainda a função de Visitador-Geral da Companhia de Jesus no Brasil e Maranhão (1681-1697).

O exemplo dos jesuítas espanhóis, lutando de armas na mão ao lado dos indígenas guaranis, por eles aldeados na região do Guaíra e Tape, contra a fúria dos bandeirantes paulistas, na primeira metade do século XVII, parece ter sensibilizado Vieira, que procurou ser uma versão portuguesa dessa atitude. Entretanto, em termos relativos, não conseguiu ser mais do que uma pálida caricatura dos heróicos espanhóis.

Vieira foi um político liberal, defensor do mercantilismo português, atuando em base moral equivocadamente junto às elites do poder de um sistema colonial corrupto e imoral, pelo qual muito trabalhou e deu de si, sem jamais havê-lo contestado no fundamental. Seus famosos "sermões", escritos em forma final 30 anos mais tarde (1681-1697), sob a proteção do Breve Papal, podem espelhar um espírito liberal maior do que ocorreu à época do seu pronunciamento.

Ao lado de uma influência política continuada junto aos centros de Poder, a ação dos missionários no Brasil se fez acompanhar de um forte pragmatismo, pelo qual a cada avanço da fronteira do Estado colonial a Igreja ampliava os seus domínios materiais, apropriando novas áreas de terras, e espalhando sobre o território conquistado o seu sistema hierárquico administrativo. Nóbrega, nesse particular, foi absolutamente consequente, de acordo com as idéias expostas no seu Plano de Colonização. Canalizou o maior esforço da ação missionária no início para a formação de aldeamentos indígenas, que funcionavam como fontes supridoras de braços guer-

reiros para as campanhas de conquista, mas por seu turno exigia como contrapartida dos Governantes, a cada passo dado, novas e vastas faixas de terras, favores e privilégios, para constituir e consolidar um imenso patrimônio material para os Colégios da Companhia de Jesus, enfim para a Igreja.

A extensão das propriedades dos jesuítas até o final do século XVI, isto é, em apenas 50 anos de atividade, pode ser estimada com base em dados coletados em LEITE (1938, v.1, p. 149-186, 409-422), a maior parte adquirida nos tempos de Nóbrega. O Colégio da Bahia se tornou proprietário de uma área aproximadamente igual a 10% do atual Estado da Bahia, e o Colégio do Rio de Janeiro de cerca de 3% do atual Estado do Rio de Janeiro, neste último caso correspondendo a cerca de 60% das terras ao nível do mar, onde se acham inseridas as baixadas de Guanabara e Sepetiba. Nessa mesma época, os jesuítas no Brasil somavam 163 e o Colégio da Bahia, mais antigo, possuía só 150 alunos (Ibid., p. 184). Na Bahia, somente Garcia de Ávila, um ex-pajem apadrinhado do 1º Governador-Geral Tomé de Souza, conseguiu acumular quase tantos bens quanto o Colégio de Jesus (Ibid.).

Nos dois séculos seguintes, essas terras cresceram ainda e se transformaram em florescentes fazendas de gado, cana, algodão e cacau, e ainda indústrias de cortume e açúcar. Para dar uma idéia, em 1757, ano em que os jesuítas foram expulsos do Brasil por Pombal, a Fazenda Santa Cruz, a maior (mas não a única) dos jesuítas, próxima da cidade do Rio de Janeiro, possuía 9.344 bovinos, 948 eqüinos, algumas centenas de ovinos, 232 senzalas com 700 servos entre negros e indígenas (LEITE, 1938, v.6, p. 57). As fazendas dos jesuítas do outro lado da baía de Guanabara iam desde a Ponta dos

Buzios até os Campos dos Goitacasses (Ibid., p. 61). A infra-estrutura da Fazenda Santa Cruz, herdada dos jesuítas, era tal que, 65 anos mais tarde, D. Pedro I passava ali as suas férias, de onde despachava regularmente, transformando-a em uma espécie de Residência Imperial, antes de se fundar Petrópolis (Ibid., p. 60).

A proteção oficial da Coroa aos missionários esteve sempre presente, e particularmente aos jesuítas (até 1757), pagando-lhes o soldo, embora com freqüente atraso, isentando-os de impostos e de outras obrigações inerentes à possessão de sesmarias, bem como através de determinações expressas para os Governadores, instituindo medidas protecionistas das terras dos jesuítas contra a cobiça de colonos, outros religiosos, e mesmo de alguns potentados do Governo Colonial (LEITE, 1938, v.1, p. 414-417). É interessante ainda notar que muitas dessas terras haviam pertencido aos próprios indígenas aldeados que lutaram sob as ordens dos jesuítas, como por exemplo (Mata de) S. João e outras áreas do Recôncavo, na Bahia, e Campos (dos Goitacasses) e S. Lourenço, no Rio de Janeiro, entre muitas outras.

Os jesuítas tornaram-se, assim, grandes e privilegiados proprietários, muitos deles fazendeiros por nomeação canônica (HOORNAERT, 1977, p. 40). Não foi sem motivo que outros missionários hostilizaram os jesuítas, que lhes haviam deixado apenas a parte menos nobre e rentável do empreendimento. Assim é que franciscanos, carmelitas e beneditinos são os que mais figuram entre capelães de Bandeiras e Entradas, de tropas de Entradas e descimento, de capitães que partem em busca de ouro e escravos vermelhos (Ibid., p. 37). Os mercedários só conseguiram tomar parte no norte do Brasil, por expressa necessidade de "segurança de fronteira" contra espanhóis

e ingleses, na região amazônica (Ibid.).

Por todas estas razões, as revoltas dos colonos contra os jesuítas possuíam uma forte componente de competição no campo comercial, onde a mão-de-obra indígena gratuita constituía uma questão central. As revoltas dos colonos, e finalmente o ato político de Pombal, expulsando os jesuítas do Brasil em 1757, contaram sempre com o apoio e a conivência dos missionários das demais Ordens Religiosas, ávidas de substituí-los.

As formas de atuação e os ganhos da Igreja, no empreendimento da Colonização, podem ser assim resumidos:

1) ganhos de ordem moral, como afirmação e prática da catequese, expandindo a influência do Cristianismo;

2) ganhos de ordem política, para o que o missionário desempenhou um triplo papel: (a) como catequisador, o missionário promoveu a desarticulação da estrutura social básica do nativo, nas aldeias que submeteu. Para isso, foi essencial a substituição do sistema religioso indígena pela doutrina cristã, conservando todavia a ordem hierárquica original que reservava ao religioso a ascendência sobre os demais elementos da estrutura social; (b) como auxiliar da campanha militar, o missionário desempenhou a função diplomática da guerra. Ele se fazia presente e agia dentro do território inimigo, procurando ora dividir a unidade de ação ora pacificar o ânimo de revolta do nativo. Agia ora como informante, ora como animador da disposição guerreira do colonizador, ou ainda como um infatigável

aliciador de braço nativo para as campanhas militares da Colonização; (c) como agente de consolidação da conquista, o missionário desempenhou a função sócio-assistencial e educativa, aliás esta última com exclusividade, junto às populações indígenas aldeadas ou submetidas pelas armas e aos núcleos iniciais da Colonização. Assim, abriu as primeiras escolas e colégios, propiciando a educação religiosa e a instrução. No desempenho dessas atividades, desfigurava o indígena "convertido" e propagava a ideologia do colonialismo português nas gerações juvenis de mamelucos e brancos, contribuindo para transformar o mestiço como o nativo cristianizado, nessa fase da sua história, em criaturas infiéis ao destino dos seus avós americanos. Derivava dessa múltipla função para a Igreja uma influência política extraordinária, junto às altas cúpulas da hierarquia administrativa do Estado, na Europa e a nível local;

3) ganhos de ordem material, como resultado da partilha das novas conquistas de terras, bens comercializáveis e força de trabalho gratuito, ao longo de todo o processo. Elevado foi o lucro material auferido do empreendimento da Colonização, para os reinos coloniais e para a Igreja. Cada um acumulou, nesse processo, seu lastro de capital e propriedades, o que possibilitou financiar novos empreendimentos, em volta do mundo, e através de um mecanismo multiplicativo enriquecer o erário, e sobretudo fortalecer as instituições dos Estados Colonizadores e da Santa Sé. Não é por acaso que, ainda atualmente, a maior parte das terras na América Latina, e no Brasil em particular, pertencem à descendência dos antigos conquistadores e à Igreja, esta última sendo detentora de enormes áreas nas

regiões metropolitanas, altamente valorizadas.

AS ATITUDES DO INDÍGENA

As atitudes assumidas pelos povos indígenas do Brasil, durante os séculos da conquista, cobrem todas as alternativas teoricamente possíveis (BUARQUE DE HOLANDA, 1976, v.1, p. 84), com peculiaridades:

1) defesa agressiva pelos indígenas da sua autonomia administrativa, territorial e cultural, procurando expulsar o invasor lusitano. Esta se realizou sem interrupção. Os nativos procuraram, inclusive, explorar contradições existentes entre as diversas nacionalidades de invasores europeus, que disputavam entre si, e promover alianças de povos nativos, superando as limitações do parentesco, todavia em escala insuficiente para o sucesso;

2) submissão como "aliados" dos portugueses, assumindo com isso o fardo mais pesado nas guerras movidas contra os indígenas insubmissos, contra aldeamentos indígenas (notadamente dos jesuítas espanhóis) e contra invasores europeus de outras nacionalidades. A sujeição do indígena, em larga escala, na condição de escravo, quando aprisionado e vendido, tornou-se com o tempo fisicamente inviável no Brasil, por se configurar anti-econômica. A escravidão constituiu o ponto nevrálgico que delimitou a passagem do amistoso para o hostil no relacionamento entre indígenas e europeus, como decorrência do forte conteúdo de liberdade - individual e coletiva - inerente ao substrato cultural das sociedades indígenas brasílicas. Entre os nativos, o prisioneiro

de guerra era tratado com dignidade e regalias, e com frequência sacrificado publicamente em cerimonial antropofágico de cunho eminentemente político e de solidariedade guerreira. Do que se lê nos cronistas (THEVET, 1944, p. 238-251; LÉRY, 1960, p. 175-184), seria impensável negociar o sacrifício pelo cativo, mesmo com a vítima. Quando escravizado, pelo lusitano, o nativo buscava a fuga, sempre que possível, ou senão se fechava em uma atitude de não-colaboração, da qual muitas vezes resultava a morte. Esta aversão do indígena ao cativo foi cruelmente explorada pelos "armadores" das expedições das Entradas e Bandeiras e similares, suspendendo a condição de escravo para os indígenas que aceitassem participar como combatentes, nessas expedições. O indígena "aliado" foi ainda a maior vítima do efeito dizimador das epidemias, adquiridas no contato com o branco, causando baixas nas populações aldeadas, às vezes maiores do que a própria guerra. E teve ainda de sujeitar-se à etno-estratificação da sociedade colonial nascente, sob o domínio do lusitano. Deste intercâmbio, contudo, surgiu uma população mestiça, capaz de conferir mais plasticidade ao sistema social dominante (BUARQUE DE HOLANDA, 1976, v.1, p. 85);

3) preservação da sua autonomia cultural e administrativa, mas com perda do território original, através de migrações permanentes em áreas em que o branco não pudesse exercer dominação efetiva (Ibid., p. 86). Nesta opção, o indígena usou da ecologia e da extensão territorial como armas estratégicas, adaptando-se a áreas cada vez mais pobres ou mais distantes. Foi essencialmente desta maneira que cerca de 300.000 remanescentes brasílicos conseguiram chegar aos dias atuais, preservando a integri-

dade das suas culturas originais e o seu sistema.

Desejando aferir o alcance das atitudes adotadas pelo indígena, quanto às duas primeiras opções, vamos empreender o detalhamento do caso mais notável de Alianças entre os povos nativos, e também realizar uma amostragem da composição étnica das tropas usadas nas campanhas militares pelo colonizador.

A Confederação dos Tamoios: Uma Reconstituição

Com o propósito de poder oferecer uma resistência mais efetiva à conquista, os indígenas brasileiros, várias vezes, conseguiram superar as limitações advindas do parentesco, como estrutura fundamental do sistema organizacional da sua sociedade. Algumas dessas alianças, que merecem maior destaque, são: a Confederação dos Tamoios, chegando a atuar no espaço aproximadamente definido pelos atuais Estados do Espírito Santo - Rio de Janeiro - São Paulo, cobrindo o período 1554-1575, e várias outras menores, dentre as quais a da Serra da Capaoba, no eixo Paraíba - R.G. Norte, aproximadamente de 1596-1599, a do Pará, em torno de 1619, e a da Serra da Ibiapaba, no Ceará, em torno de 1654. Todas pouco estudadas.

Pelas dimensões, persistência, vitórias militares alcançadas, e sobretudo pelo seu significado como ameaça concreta ao empreendimento colonial português no Brasil, a Confederação dos Tamoios foi certamente a mais importante.

Na medida em que o apresamento de indígenas foi iniciado em 1534 pelos lusitanos, com a adoção

do regime das donatarias, e intensificado após o estabelecimento do governo-geral em 1549, com o propósito de obter escravos para suas fazendas, particularmente nas Capitânicas de S. Vicente, Espírito Santo, Ilhéus, Bahia e Pernambuco, muitos grupos se voltaram contra os portugueses, guerreando-os sistematicamente. A princípio, essas investidas dos nativos se restringiram ao sentido usual da retaliação, realizadas isoladamente, mas com o tempo foram alargando esse objetivo da luta para incluir um significado político, no dizer de **SOUTHEY** (1977, v.1, p. 209) de "desarraigá-los do país os portugueses".

Diante de um inimigo forte, que através da ação missionária conseguia mobilizar crescentes massas de indígenas em sua defesa, nasceu a necessidade e a consciência de definir critérios mais largos de identidade, que possibilitassem reunir um número maior de combatentes. Contra isso atuavam, além dos portugueses, dificuldades estruturais inerentes à organização social indígena e as suas antigas rivalidades.

Ao que parece, a Confederação dos Tamoios foi fundada pouco antes de 1554, pois que H. Staden ao ser preso por tupinambás, de janeiro a outubro de 1554, foi levado à presença de Cunhambebe, que se encontrava reunido, em uma região do litoral paulista, em conferência com outros chefes, portando-se como o líder máximo dentre eles (**STADEN**, 1974, p. 81). Staden relata uma ação militar, que acompanhou nesse mesmo período, envolvendo cerca de 700 guerreiros (*Ibid.*, p. 124). Este efetivo foi calculado supondo a capacidade média de uma canoa de guerra ser de 30 homens (*Ibid.*, p. 176; **THÉVET**, 1944, p. 235; **LERY**, 1960, p.169), o que será seguido neste trabalho. Esse efetivo já demonstra a com-

posição de algumas unidades, pois já não cabe dentro das dimensões dos micro-domínios em que a comunidade indígena se decompunha. Antes de 1554 não há registro de grandes unidades militares, empregadas pelos indígenas. A notoriedade alcançada por Cunhambebe (**THÉVET**, 1944, 318-321) leva a crer que esse líder tenha sido o fundador da Confederação e o seu primeiro chefe.

O termo tamoio, em tupi, pertence às categorias do parentesco (**FERNANDES**, 1963, Tabela-I) e significa avô. Talvez fosse esse um artifício de conciliar a regra do parentesco com a necessidade de um alargamento do campo de definição da identidade, recuando-o na ascendência o mais possível, de modo que o termo passasse a associar a todos os povos indígenas, em oposição ao invasor estrangeiro. Essa idéia funcionou, como veremos, incluindo na Confederação povos não-tupis, que deveriam ter tido progenitores diferentes. Dentre os adversários dos tamoios estavam outros grupos tupis, que apoiavam os portugueses. Estes dados evidenciam o caráter político da Confederação.

Os integrantes da Confederação e suas respectivas áreas de ocupação, à época do seu máximo florescimento que vai até 1563, eram: os Tupinambá, que controlavam a região costeira desde o cabo de S. Tomé (RJ) até Ubatuba (SP), os Guaianá e os Carijô, aos quais S. Leite chama de "tupis sertanejos" (**LEITE**, 1938, v.1, p. 367), controlando o Planalto Atlântico, com os Carijô chegando até o litoral ao sul de S. Vicente (**STADEN**, 1974, p. 72), e os Goitacá e Aimoré, ambos não-tupis (Jê), ocupando a região montanhosa do Rio de Janeiro compreendida entre as Serras dos Órgãos e da Mantiqueira e estendendo-se até o vale do rio Paraíba.

Morrendo Cunhambebe, segundo **VARNHAGEN** (1975,

v.1, p. 283) logo após a chegada de Villegaignon à Guanabara em 10.11.1555, mas seguramente após a data de 31.01.1556 da partida de A. Thévet (THÉVET, 1944, p. 5), é provável havê-lo substituído Aimberê, líder Tupinambá da Guanabara. Seu comando parece estender-se até a conquista do Rio de Janeiro pelos portugueses, em janeiro de 1567.

Os contingentes guerreiros mobilizados pela Confederação cresceram até vários milhares. LERY (1960, 169-170), chegado em 10.03.1557 e permanecendo por dez meses entre os Tupinambá da Guanabara, presenciou um combate de 4.000 tamoios contra os Temiminó (também tupis, mas aliados aos portugueses) do Espírito Santo, e descreve a estratégia dos tamoios (que chama de tupinambás) envolvendo contingentes de até 8.000 a 10.000 guerreiros. Reportando-se ao período de Cunhambebe, THÉVET (1944, p. 225) refere contingentes frequentes de 6.000 e algumas vezes de 10.000 ou até 12.000 guerreiros. SOUTHEY (1977, v.1, p. 210) se refere a "um exército imenso das nações confederadas" investindo contra São Paulo de Piratininga, em 1562. Ao tentar o armistício de Iperoig, em Ubatuba, Nóbrega e Anchieta em maio de 1563 foram informados de que estava em preparação um ataque a S. Vicente e São Paulo de Piratininga (que não se efetuou), com cerca de 200 canoas (Ibid., p. 211), o que significaria cerca de 6.000 homens.

Dentre os feitos militares mais destacáveis, constam: (1) vitória contra os Temiminó, que habitavam originalmente a Ilha de Paranapecu (Ilha do Governador, RJ) e apoiavam os portugueses, forçando-os a mudar-se para o Espírito Santo em abril de 1555 (LEITE, 1938, v.1, p. 363); (2) vitória contra os portugueses e os Temiminó do Espírito Santo, arrasando praticamente esta Capitania. Uma expedição

punitiva enviada ao Espírito Santo por Men de Sá em 1558 foi destruída, morrendo inclusive o seu filho Fernão de Sá, que a comandava (SOUTHEY, 1977, v.1, p. 211); (3) vitória contra os portugueses e os seus aliados Tupiniquim, de S. Vicente e S. Paulo de Piratininga, em 1562 (SOUTHEY, 1977, v.1, p. 209). Essas e outras vitórias menores no Espírito Santo e em São Paulo colocavam essas Capitânicas a ponto de ruir e ameaçavam o próprio empreendimento da Colonização portuguesa no Brasil. Em carta de 16.04.1563, escrevia ANCHIETA (1933, p. 194) que na Capitania de S. Vicente já "quasi não pensam os homens senão em como se hão-de-ir e deixá-la". Comenta SOUTHEY (1977, v.1, p. 211) a respeito da situação da Colônia discutindo o significado do armistício de Iperoig: "É mais do que provável fosse esta ambaixada a salvação das colônias portuguesas".

Nesse clima, é que o Pe. Nóbrega decide propor a paz aos tamoios em Iperoig, em maio de 1563. Buscava com isso evitar um ataque geral dos tamoios a S. Vicente e Piratininga, que soubera iminente - e teria sido fatal - enquanto esperava chegassem reforços insistentemente pedidos a Portugal desde 1559 (LEITE, 1938, v.1, p. 376). Imaginou promover tratados de paz separadamente com os tamoios do litoral paulista, reconciliando-os com os seus parentes Tupiniquim cristinianos de S. Vicente e Piratininga o mesmo fazendo com os tupis do sertão, e se possível com os do Rio de Janeiro (Ibid., p. 367). Para colocar em prática esse plano, Nóbrega e Anchieta exploraram ao extremo a sua condição de missionários religiosos, manipulando o misticismo dos indígenas, no quanto conheciam ser fundamental na sua estrutura social. Anchieta fez-se passar, inclusive, por grande-pajé (SOUTHEY, 1977, v.1, p.

213-214). Até parece que o resultado obtido em Ipe-roig fez Anchieta convencer-se disso. Nóbrega teve um sucesso parcial, fazendo acordos de paz separadamente com os tamoios da costa paulista e com os do interior, mas não conseguindo com os do Rio de Janeiro.

Para completar o êxito de Nóbrega, obtido na sua "proposta de paz", chegou Estácio de Sá vindo de Portugal, à frente de Grande Armada, no final de 1563.

Quando da destruição do Forte Coligny, em 1560, por Men de Sá, com o reforço que havia recebido de Portugal, este evitara uma confrontação definitiva com os tamoios sediados na Guanabara, por considerar-se em desvantagem numérica para arriscar a ocupação. Informa **SOUTHEY** (1977, v.1, p. 206) que essa Armada estivera constituída por 2 náus de guerra e 8 a 9 navios mercantes. Estimamos tratar-se de cerca de 600 homens nas náus, e 800 a 900 nos navios, ou seja aproximadamente 1.500 homens. A situação agora estava pior, e por isso os preparativos e a arregimentação de braços guerreiros levaram quase um ano e meio, na Bahia, no Espírito Santo e em São Paulo, com Nóbrega e os demais jesuítas sendo os mais ardorosos aliciadores do elemento indígena.

Estácio de Sá aportou na entrada da baía de Guanabara a 01.03.1565, à frente de 6 naus, 5 navios pequenos e 9 canoas, conforme **SOUTHEY** (1977, v. 1, p. 217) complementado por **VARNHAGEN** (1975, v. 1, p. 337) no que concerne ao número dos navios pequenos. Isto significa dizer com cerca de 2.570 homens, sendo 1.800 nas naus, 500 nos navios e 270 nas canoas, com a maior parte dos indígenas provenientes de Cananéia (Ibid., p. 312).

Informa **VARNHAGEN** (Ibid., p. 326) que, próximo

da data da chegada da esquadra de Estácio de Sá, foi observada uma concentração de cerca de 160 canoas tamoias. Isto permite-nos estimar em cerca de pelo menos 5.000 os efetivos tamoios disponíveis, só na fortificação de Uruçu-mirim, mais próxima do ponto onde desembarcou Estácio. Sabe-se (Ibid., p. 338) que o primeiro assalto tamoio ao arraial do invasor ocorreu dez dias após o desembarque, envolvendo cerca de 1.400 homens, distribuídos em 48 canoas. Sendo rechaçado, seguiu-se um segundo assalto poucos dias depois, envolvendo cerca de 800 tamoios em 27 canoas (Ibid.). O caráter ofensivo das ações tamoias, associado à sua superioridade numérica de início, devem ter constituído a razão pela qual Estácio de Sá passou quase um biênio promovendo guerra de guerrilhas com os seus adversários, sem ânimo para avançar da sua cabeça de ponte e montar um assalto de grande escala. Confirma esta idéia, haver Anchieta levado a Men de Sá, na Bahia, um mês após o desembarque, um novo pedido de reforços substanciais. Este último, por sua vez, solicitou-o a Portugal, enquanto providenciava com o concurso dos jesuítas a remessa de novos contingentes de indígenas cristãos em reforço a Estácio. Muitas tentativas empreenderam os tamoios para desalojar o inimigo, mas sem lograr sucesso, provavelmente devido ao elevado número de indígenas do Espírito Santo, que vieram sucessiva e continuamente se acumulando no arraial de Estácio de Sá.

Finalmente, Men de Sá chegou da Bahia ao arraial em 18.01.1567, à frente de 3 galeões, 2 navios e 6 caravelões, e com "todos os socorros de gente e mantimento que pode juntar" (Ibid., p. 327). Estimamos tratar-se de um acréscimo correspondente a 1.700 homens, sendo 600 portugueses nos galeões, 200 homens nos navios e 900 nos carave-

lões.

Como as fontes primárias são omissas, particularmente quanto a número dos efetivos indígenas que tomaram parte nos combates, provavelmente para não ter que dividir as "glórias" segundo parâmetros de quantidade, encontramos-nos diante da contingência de recorrer aos métodos indutivo e dedutivo. Conforme verifica-se mais adiante (v. A Maioria Indígena nas Tropas da Conquista), o lusitano operou sempre com um fator elevado de indígenas para cada português, e não seria numa cartada tão decisiva como esta, com a Confederação dos Tamoios ameaçando de morte todo o empreendimento da Colonização, que iriam os lusitanos arriscar para menos. É também fácil admitir que o número de indígenas deve ter crescido progressiva e substancialmente, acumulando-se ao longo desse quase biênio de espera, como já dissemos, às custas dos indígenas Temiminó e outros, vindos do Espírito Santo, da Bahia e de São Paulo, em suas próprias canoas, parceladamente. Anchieta, o cronista da campanha, esteve ausente nesse período logo após o primeiro mês seguinte ao desembarque, voltando dois anos mais tarde acompanhando Men de Sá. Não terá sido por pouco que Araribóia, Chefe dos Temiminó, recebeu a sesmaria de S. Lourenço no lado oposto da Baía de Guanabara em frente à cidade (Ibid., p. 330 - 331), e foi nomeado Cavaleiro da Ordem de Cristo pelo rei de Portugal, do qual passou a receber pensão (SOUTHEY, 1977, v.1, p. 207; LEITE, 1938, v.1, p. 433), em recompensa por seu desempenho e o de sua gente na destruição do Forte Coligny e, sobretudo, na conquista final do Rio de Janeiro. Por analogia com o que ocorreu na guerra do Paraguai, em 1559, adotamos o valor mínimo de 5 para a relação indígena/português (v. Maioria Indígena nas Tropas da Con-

quista). Somando as disponibilidades de portugueses na Colônia com os reforços recebidos de Portugal, estimamos que cerca de 2.000 a 2.400 portugueses foram mobilizados nesta expedição, o que nos permite estimar um efetivo total da ordem de 12.000 a 14.000 homens, empregados na conquista do Rio de Janeiro, com a grande massa constituída por indígenas da Bahia, de S. Paulo e do Espírito Santo. Efetivos nessa escala chegaram também a ser mobilizados pelos tamoios, nas épocas melhores da Confederação, conforme já referimos.

Do lado dos tamoios, sabe-se que lhes faltou a presença dos seus confederados do litoral paulista, que se abstiveram (ANCHIETA, 1933, p. 245), aceitando postarem-se nas fronteiras dos "tupis sertanejos", protegendo S. Vicente e Piratininga (SOUTHEY, 1977, v.1., p. 217). Sobre os tamoios do sertão não há notícia, o que faz crer que estivessem lutando fiéis aos compromissos da Confederação.

No início, os tamoios tomaram sempre a ofensiva. Suplantados gradativamente em número, o caráter das suas ações foi se transformando. À época do assalto às suas fortificações, de 20 a 23 de janeiro de 1567, havia três baluartes, que de acordo com VARNHAGEN (1975, v.1, p. 328) podem ser assim definidos: (1) Uruçu-mirim, junto à foz do rio da Carioca, hoje denominado do Catete, isto é, no fim da praia ora dita do Flamengo (e acrescentaríamos estendendo-se até o Morro da Glória); (2) Ilha de Paranapecu, hoje Ilha do Governador, onde moraram os Temiminó antes de abril de 1555; (3) uma fortaleza (na própria Paranapecu), onde se haviam entrincheirado sobretudo artilheiros franceses. Em Uruçu-mirim, o contingente tamoio deveria ser de 5.000 para mais, e segundo VASCONCELOS (1977, v.2, p. 130) "depois de vários sucessos, encontros e reen-

contros (porque estava pertinaz e mui forte) foi entrada e vencida, com estrago lastimoso". Na ilha Paranapecu, os efetivos tamoio eram para "mais de 1.000 homens de guerra e muita artilharia" (VARNHAGEN, 1975, v.1, p. 328), sendo que segundo esta mesma fonte retiraram-se os fugitivos de Uruçu-mirim para a dita ilha. Após três dias de combates foi tomada Paranapecu, e segundo VASCONCELOS (1977, v.2, p. 130) "foram postas por terra (as caiçaras) com todas suas casas, e mortos quantidade dos bárbaros". A terceira fortaleza não chegou a ser combatida, sendo simplesmente entrada, com rendição dos franceses (VARNHAGEN, 1975, v.1, p. 328).

A respeito dos franceses, sabe-se que tinham 4 navios na Guanabara (SOUTHEY, 1977, v.1, p. 219), o que significa aproximadamente 400 homens, sendo que uma dessas embarcações capitulou para os portugueses logo no primeiro encontro de 11.03.1565, indo-se para a França com a permissão de Estácio (VARNHAGEN, 1975, v.1, p. 325). Isto implica em que cerca de 300 franceses tomaram parte efetiva nessas lutas. Como sempre, pouco preciso com os números, Anchieta estimou o contingente francês em "até 30 homens, repartidos em diversas aldeias" (ANCHIETA, 1933, p. 251), número esse insuficiente para compor a tripulação de 4 ou 3 navios. Diz SOUTHEY que poucos franceses caíram nestes conflitos, e que puderam velejar para fora da baía de Guanabara (SOUTHEY, 1977, v.1, p. 219). Havendo uma só saída, estreita, sob o controle dos portugueses, deve-se presumir que tiveram permissão para fazê-lo, após serem aprisionados. O número de vítimas dentre os franceses, segundo as várias fontes, oscilam de 2 a 6 mortos e 5 a 10 prisioneiros, alguns destes executados posteriormente.

Do lado lusitano, os números de vítimas con-

fessados pelos cronistas são simplesmente ridículos: 11 ou 12 "dos nossos" em Uruçu-mirim e um português em Paranapecu, no dizer de VASCONCELOS (1977, v.2, p. 130), onde "dos nossos" significa certamente portugueses. VARNHAGEN (1975, v.1, p. 328) informa que morreram alguns brancos em Paranapecu. Este mesmo autor transcreve que "foram mortos e feridos muitos dos christãos" (Ibid., p. 339). É notório, contudo, que na batalha travada em Uruçu-mirim ocorreram duas vítimas no mais alto escalão do comando lusitano, o Capitão de-mar-e-guerra Gaspar Barbosa, morto em ação, e flechado no rosto o Comandante e chefe das Operações, Estácio de Sá, morrendo em consequência disso 30 dias depois (VASCONCELOS, 1977, v.2, p. 130).

Conquanto perceba-se que os cronistas são tendenciosos, procurando reduzir ou encobrir os números de "suas" baixas, admite-se ter sido relativamente pequeno o número de portugueses mortos, podendo-se inferir desse fato que a estratégia adotada nessas operações consistiu em colocar os lusitanos a cargo da artilharia naval deixando para os agregados indígenas a ação que cabe hoje à infantaria e aos fuzileiros navais. Comportamento, aliás, também seguido pelos franceses, do outro lado.

Vencida a resistência tamoia, incendiada as suas povoações e dizimada a sua gente, foram as suas terras divididas e distribuídas entre as várias partes que participaram da conquista. Os sobreviventes desse massacre se reagruparam na região entre Cabo Frio e o Rio Paraíba. E continuaram resistindo ainda por oito anos, até o massacre realizado por Antonio de Salema, Governador do Rio de Janeiro, em setembro de 1575, no qual mais de 2.000

tamoios foram mortos, e cerca de 4.000 feitos prisioneiros, estes últimos compostos de homens, mulheres e crianças, que foram dispersados, vendidos ou presenteados como escravos para as diversas Capitânicas (**CAPISTRANO DE ABREU**, 1976 b, p. 307). Estes números nos permitem inferir que, provavelmente, mais de 2/3 dos homens adultos da população tamoia foram mortos na conquista da Guanabara, isto é, entre 4.000 e 5.000.

Esmagada a Confederação dos Tamoios (1554 - 1575), teve início cinco anos depois um fantástico programa de escravização e matança dos povos indígenas, em todo o território do atual Brasil, sob o signo das Entradas e Bandeiras, intensivo nos primeiros 60 anos mas estendendo-se por mais de um século. Estas expedições partiram sobretudo de São Paulo de Piratininga e S. Vicente, financiadas oficialmente ou por particulares, capitaneadas pelos lusitanos que se assenhorearam da situação.

Deve-se presumir que os tamoios, combatendo até à exaustão, teriam percebido claramente o significado histórico da sua luta: do resultado desse confronto dependia o destino dos povos brasílicos, enfim o tipo de nacionalidade que iria prevalecer nos territórios de seus avós, progressiva e ferozmente sendo-lhes arrebatados.

Mas, ainda hoje, a atitude preconceituosa da historiografia oficial brasileira, racista na sua origem e irreverentemente adversária em relação às raízes profundas do Brasil, se refere a este episódio heróico e persistente dos confederados tamoios, de imenso significado histórico para o substrato nacional, como "a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro".

A Maioria Indígena nas Tropas da Conquista

Foi de fundamental importância, de início, para o estabelecimento dos primeiros núcleos da Colonização portuguesa no Brasil, e para os primeiros contatos dos jesuítas com comunidades indígenas e crédito junto a seus líderes, a colaboração de dois portugueses acasalados com mulheres indígenas, incorporados desse modo há décadas às suas comunidades respectivas: Diogo Álvares - o Caramuru -, na Bahia, e João Ramalho, em Piratininga - S. Vicente. Esse período vai até 1557. Reconhecendo a utilidade de ambos, a Coroa os incorporou como seus funcionários, pagando-lhes soldo (**LEITE**, 1955, p. 54-56; **BUARQUE DE HOLANDA**, 1976, v.1, p. 127-128). Com esse início, e percebendo o aspecto fundamental da amizade e sobretudo do laço do parentesco, sanguíneo ou por afinidade, na organização da sociedade indígena, os jesuítas foram penetrando no âmago dessa estrutura, ganhando as crianças primeiro para alcançar os mais velhos depois (**VASCONCELOS**, 1977, v.1, p. 210), substituindo e multiplicando eficazmente os Álvares e Ramalho no espaço e no tempo.

Com o sucesso dos primeiros aldeamentos, foi possível a Men de Sá usar os "Índios das Aldeias dos Padres" na guerra do Paraguaçu (09.1559), no Recôncavo da Bahia. Teve início, desse modo, com o concurso dos jesuítas e seguindo o Plano Colonizador do Pe. Nóbrega, o uso em larga escala dos indígenas aldeados como combatentes nas guerras de conquista da Colonização. Nesta primeira grande batalha, mais de 4.000 combatentes tomaram parte (**LEITE**, 1938, v.2, p. 121). Em Salvador, nesta data, havia apenas 600 portugueses em disponibilidade para as armas e 336 escravos negros chegados há um

ano e meio, que não constam como participantes. Vê-se daí que um fator entre 5 e 6 indígenas para 1 lusitano formava a composição étnica desse respeitável exército. Os responsáveis imediatos por esse resultado foram os jesuítas Pe. M. da Nóbrega e Pe. Antonio Rodrigues (Ibid.). A partir daí, ficou resolvido o dilema da inferioridade numérica do lusitano, e seguido como política de Estado o Plano proposto por Nóbrega.

As expedições punitivas aos indígenas insubmissos ou destinadas ao seu apresamento, empregando efetivos com milhares de combatentes, a partir de então, se alastraram.

Na campanha para a conquista do Rio de Janeiro aos Tamoios (1560-1567), foi usado exaustivamente o guerreiro indígena, contando com a dedicação feroz dos jesuítas e a liderança celebrizada dos Padres Nóbrega e Anchieta, extraindo nativos do Recôncavo da Bahia, do Espírito Santo e da região de S. Vicente - Piratininga - Cananéia, semelhantemente ao que se fez no caso da guerra do Paraguaçu, agora em maior intensidade. Já na fase preparatória da 1ª etapa desta campanha, diz VARNHAGEN (1975, v.1, p. 304): "Tratou logo Men de Sá, ajudado da influência do novo prelado D. Pedro Leitão, chegado a 9.12.1559, e dos jesuítas, de reunir todos os gentios aliados e homens de guerra, que se julgou poderem dispensar na cidade do Salvador; e para a capitania de S. Vicente escreveu Sá que com as forças de que pudessem dispor...". Com maior razão, esse deve ter sido o espírito na fase mais aguda dessa campanha (1564-1567), na conquista da Guanabara, quando se jogava uma cartada decisiva para todo o empreendimento Colonial no Brasil. Diz VARNHAGEN (Ibid., p. 312 - 313) que o chefe temiminó Araribóia entrou com "todos os seus Índios" do Es-

pírito Santo, e que os povoados de S. Vicente, Piratininga e Cananéia foram exauridos nos seus recursos humanos disponíveis. Com os reforços enviados de Portugal, para esta confrontação, é provável que o contingente português tenha se elevado entre 2.000 e 2.400. Pelo esforço realizado pelos jesuítas junto às populações indígenas "aliadas", e a importância crucial desta guerra, admitimos que o quociente indígena/lusitano não tenha diferido muito do alcançado na guerra do Paraguaçu, permitindo-nos estimar que foi mobilizado um exército de 12.000 a 14.000 homens.

Na fase pós-Nóbrega (falecido em 1570), vamos destacar a conquista do Rio Grande do Norte, no período 1596 - 1599, tendo em vista o seu importante papel estratégico para a conquista do Norte brasileiro, tal como foi o de S. Vicente - Piratininga para o Sul. Foi imprescindível, neste episódio, o papel desempenhado pelos jesuítas Gaspar de Sampêres, Francisco Pinto e Francisco Lemos, na articulação de um acordo de paz entre os conquistadores e os indígenas Potiguar, irredutíveis pelas armas na defesa do seu território (CAMARA CASCUDO, 1955, p. 22-27). A composição étnica das forças terrestres coloniais, que efetivamente se bateram em 1597 com os Potiguar, permite estimar a relação de indígenas para portugueses em torno de 5, isso sem explicitar os mamelucos que via de regra vêm contados entre os brancos (Ibid., p. 33).

Já ao final do século XVI, e sobretudo na primeira metade do século XVII, nota-se uma nova tendência no espírito dos missionários da Companhia de Jesus. Com as extensas porções de terras adquiridas, durante os primeiros 40 anos da conquista, os jesuítas partem para tornar produtivas essas terras, preocupando-se muito mais em explorar economi-

camente a mão-de-obra do nativo e a terra, do que em ampliar o programa de conquista, com acelerado desperdício da vida dos indígenas. Por outro lado, o exemplo que eles plantaram, no século anterior, floresceu, e um novo ímpeto de conquistas é desencadeado nesse período, sob o signo das Entradas e Bandeiras, comandadas por particulares ou funcionários do Governo, fora do controle dos jesuítas.

Nas colônias espanholas, os jesuítas chegaram a armar os seus índios e a lutar ao lado de seus catecúmenos, contra as incursões dos bandeirantes paulistas "predadores de índios", na região do Guaíra e Tape, chegando a infligir importantes derrotas aos bandeirantes (TAUNAY, 1975, v.1, p. 67-71). No Brasil, nem de longe esse exemplo heróico dos jesuítas espanhóis teve similar. Com relação às Entradas e Bandeiras, os jesuítas do Brasil fizeram oposição através de sermões e jogos de influência junto ao Poder, e omitindo-se no papel de aliciadores de braço guerreiro, para particulares. Com isso, cediam lugar para outras Ordens Religiosas, que os substituíam nesse mister, a ponto de disputar com os jesuítas no aldeamento de indígenas para suprir de braços guerreiros os programas oficiais da conquista ou de guerra a outros europeus invasores, em novas áreas.

Em 1625, vamos encontrar o capuchinho Pe. Antonio da Marciana usando da sua influência junto a indígenas do Pará, aliciando-os para as guerras de conquista na Amazônia (BAENA, 1969, p. 30). Em seis especificações sobre a composição étnica das forças armadas empregadas para subjugar povos indígenas ou combater invasores europeus de outras nacionalidades, no Pará, durante a 1ª metade do século XVII (LÔBO, 1943, p. 15-39), vamos encontrar dois contingentes, respectivamente de 500 e 1.000, com quo-

ciente indígena/lusitano igual a 5, contingentes de 1.000 com quociente igual a 14 em três casos, e um contingente de 5.200 com quociente igual a 21.

Durante o ano de ocupação da Bahia pelos holandeses, entre 1624 e 1625, informa o Pe. Vieira na *Ânuua da Província do Brasil* (VIEIRA, 1970, v.1, p. 38) que os indígenas compunham "a principal parte do nosso exército, e que mais horror metia aos inimigos", na guerra de guerrilhas movida aos holandeses.

Em algumas especificações, nas Bandeiras paulistas da 1ª metade do século XVII (TAUNAY, 1975, v.1, p. 33-59), vamos encontrar: quociente de 5 indígenas para 1 branco em um contingente de 1.800 homens, 2 1/2: 1 em 3.100 homens, 10:1 em 1.650 homens. Deve-se notar que os mamelucos, muito frequentemente, são contados como brancos. SOUTO MAIOR (1977, p. 96) explicita uma expedição bandeirante típica, constituída de 69 brancos, 900 mamelucos e 2.200 indígenas.

C O N C L U S Ã O

O sistema colonial português instalou-se e prevaleceu sobre a comunidade e os territórios dos povos indígenas do Brasil, no decurso dos séculos XVI e XVII. Para isso, foi necessário um processo de ocupação prolongado, sangrento e cruel, mas, ainda assim, sem conseguir extirpar o sentimento nativista de autonomia cultural e histórica, que veio adquirindo novos contornos dentro da nova realidade, cristalizando-se mais tarde em sua forma definitiva.

Nos primeiros séculos da disputa, foi fatal a dispersão da estrutura social e política da comunidade indígena, desprovida de coordenação central das pequenas unidades em que ela se decompunha, constituídas à base de um sistema de parentesco subordinado ao fator religioso, o que lhes conferiu grave vulnerabilidade diante de uma agressão de tal tipo e magnitude.

Nesse mosaico cultural, político e administrativo, puderam os colonizadores, através dos seus missionários, romper os contornos das regras do parentesco, manipulando o aspecto religioso, e introduzir um novo critério de identidade, com base mais ampla, formando assim novas comunidades a eles subordinadas. Estas comunidades de "índigenas cristãos", agrupados em aldeias controladas pelos portugueses, foram as fontes supridoras de combatentes para formar os grandes exércitos coloniais. No século XVI, esses exércitos foram dimensionados normalmente na escala de 2 a 5 vezes o tamanho da unidade guerreira-cultural indígena adversária. Durante o século XVII, o Estado Colonial estendeu as fronteiras da conquista, através das Entradas e Bandeiras, mantendo a mesma escala modular e a composição étnica nos seus exércitos, como no século anterior. Passou, todavia, a recrutar os indígenas para suas fileiras, mais freqüentemente, através de uma chantagem de escravização e libertação sucessiva condicionada à sua participação guerreira na expedição, forjando assim uma nova modalidade de "aliado".

Estamos convencidos de que a obtenção da cooperação das populações indígenas para a ação colonizadora foi a chave do sucesso desse empreendimento. Por essa razão, embora reconhecendo a superioridade tecnológica do invasor europeu, acreditamos

que esta constituiu um fator necessário todavia apenas complementar da ação política e social, decisiva, realizada junto às populações indígenas. É neste contexto que entendemos VIEIRA quando, no século XVII, escrevia ao Padre André Fernandes, bispo do Japão: "Que quem for senhor dos índios o será do Estado" (apud: Fr. SÃO JOSÉ, 1847, p. 104).

Posto que esta confrontação tem assumido, freqüentemente, um significado de competição entre civilizações, torna-se interessante ressaltar três características básicas da civilização indígena brasileira, drasticamente atingidas pela imposição do sistema colonial europeu, mas que podem figurar como contribuições fundamentais para o aperfeiçoamento da sociedade humana do futuro:

- 1) a organização da comunidade em pequenas unidades populacionais administrativas. Realmente, à chegada dos europeus, essa estrutura pecava pela ausência de um poder coordenador central e por consistir de unidades definidas em escala excessivamente reduzida, e organizada à base do parentesco. Mas o seu modelo físico permanece válido para as sociedades do futuro, em contraposição às atuais megalópolis, estas sabidamente colocando vários problemas básicos de difícil senão de impossível solução satisfatória;
- 2) a questão da propriedade coletiva da terra e dos meios de produção. Este modelo comunitário, peculiar às sociedades indígenas de todo o continente americano, erigiu-se em teoria econômica e social no século XIX, incorporando a complexidade do Estado mo-

dero industrial. E já não é possível minimizar seu impacto frente ao modelo europeu da propriedade privada;

- 3) a questão da liberdade social e individual. Organizados os Estados Modernos, com forte supressão dessas liberdades, esta questão traz em si a força para tornar-se a discussão dos próximos séculos, podendo o estado atual de perplexidade encontrar muitas respostas nas civilizações brasílicas.

Confundido diante de uma nova forma de luta, que iniciava, em que os arautos da paz e do amor, da bondade e "da civilização" - agindo em nome de Deus - eram instrumentos da guerra de conquista; abandonado numa confrontação em que os interesses no espólio juntaram gradativamente todos os poderes da Europa (os Governos, a Igreja, a intelectualidade, e o povo) em um pacto sombrio de convivência, que não só os fez se acomodarem diante de tantos e tão clamorosos genocídios e pilhagens, mas, por tanto tempo, aceitarem a configuração dos povos indígenas como variedades exóticas e asquerosas da espécie humana: torna-se necessário confirmar que, dito desaparecido, o indígena brasileiro não morreu. Germinou nos territórios dos seus avós, sempre que isso foi possível, ou nos vastos sertões brasileiros, que buscou por refúgio. E neste trajeto, foi completando o seu magistral trabalho de nomeação dos entes da flora, da fauna e da toponímia, imprimindo o seu caráter na face da Natureza brasileira, e gerando a mestiçagem caboca (sem *l*, por favor), misturando-se com negros, brancos, e demais etnias indígenas, para surgir surpreendentemente, mais tarde, no não-Brasil.

Verdadeiramente, a confrontação dos povos indígenas do Brasil com o invasor europeu tem um traço comum com a história de todos os povos autenticamente soberanos: em alguma fase da sua existência, diante da agressão ao seu patrimônio material e espiritual, todos eles adotaram ou adotarão a mesma postura do indígena brasileiro.

A G R A D E C I M E N T O S

O autor agradece aos Professores Darcy Ribeiro e Carlos Moreira Neto, pelas estimulantes discussões, que provocaram a concepção deste artigo, e pela leitura crítica do manuscrito. E, posteriormente, aos Professores Florestan Fernandes e José Honório Rodrigues, pelos comentários valiosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCHIETA**, J. de, SJ. Cartas, Fragmentos Históricos e Sermões. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.
- BAENA**, A.L.M. Compêndio das Éras da Província do Pará. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.
- BUARQUE DE HOLANDA**, S. (Coord.). História Geral da Civilização Brasileira (Época Colonial). 5. ed. Rio de Janeiro, Difel, 1976/77. 2v.
- CÂMARA CASCUDO**, L. História do Rio Grande do Norte. MEC, 1955.
- CAPISTRANO DE ABREU**, J. O Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976 a.
- CAPISTRANO DE ABREU**, J. Ensaio e Estudos - 4ª série. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976 b.
- CARDIM**, F., SJ. Tratados da Terra e Gente do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
- CORTESÃO**, J. Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil. Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- COSTA**, J.F. Evolução Cultural da América Pré-Colombiana. Ministério da Educação e Cultura, 1978.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANICA**. 1966. v. 2 e 6.
- FERNANDES**, F. Organização Social dos Tupinambá. 2. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.
- HEMING**, J. Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians. Macmillan London, 1978.
- HOORNAERT**, E.; **AZZI**, R.; **GRIJP**, K. Von Der; **BROD**, B. História da Igreja no Brasil (1ª Época). Petrópolis, Vozes, 1977.
- HUGON**, P. Demografia Brasileira. São Paulo, Atlas, 1973.
- LEITE**, S., SJ. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Portugalia Editora, 1938. 10v.

- LEITE**, S., SJ. Breve Itinerário para a Biografia do Pe. Manoel da Nóbrega. Editora Broteria, 1955.
- LEONARDOS**, O.H. O Selvícola e os Metais Preciosos Rev. Mineração e Metalurgia, 3 (16): 239-246, 1938.
- LÉRY**, J. de. Viagem à Terra do Brasil. São Paulo, Liv. Martins, 1960.
- LÔBO**, L., Cel. História Militar do Pará. Biblioteca Militar, 1943.
- RIBEIRO**, D. As Américas e a Civilização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- RODRIGUES**, J.H. História da História do Brasil (1ª Parte). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.
- SÃO JOSÉ**, J. de, Fr. Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Grã-Pará em 1762 e 1763. Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras., Vol. 9, 1847.
- SOUTHEY**, R. História do Brasil. 4. ed. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1977. 3v.
- SOUTO MAIOR**, A. História do Brasil. 15. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- STADEN**, H. Duas Viagens ao Brasil. Belo Horizonte, Liv. Itatiaia/EDUSP, 1974.
- STEWART**, J.H. The Native Population of South America. In: Handbook of South American Indians. 1963, v.5.
- TAUNAY**, A.E. História das Bandeiras Paulistas. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1975. 3v.
- TAVARES**, L.H.D. História da Bahia. 6. ed. São Paulo, 1979.
- THÉVET**, A., Fr. Singularidades da França Antártica a que outros chamam de América, São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1944.
- VARNHAGEN**, F.A. de. História Geral do Brasil. 9 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1975. 5v.
- VASCONCELOS**, S. de. SJ. Crônica da Companhia de Jesus. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 1977. 2 v.
- VÉLLARD**, J. Histoire du Curare. Gallimard, 1965.
- VIEIRA**, A., SJ. Cartas (Coord. e anotadas por J. Lúcio de Azevedo). Imprensa Nacional de Portugal, 1970. 3v.